

Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos



**Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento
(organizadores)**



**V Reunião Brasileira de Ensino e
Pesquisa em Arquivologia**

**Ensino e pesquisa em arquivologia:
cenários prospectivos**

Renato Pinto Venâncio
Welder Antônio Silva
Adalson Nascimento

(organizadores)

FÓRUM NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Coordenadores

Biênio 2016-2017: Welder Antônio Silva (UFMG)

Biênio 2018-2019: Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

V REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Evento realizado na Escola de Ciência da Informação da UFMG em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 07 a 10 de novembro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA – UFMG

Coordenador: Welder Antônio Silva

Subcoordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Alessandro Ferreira Costa

Ivana Denise Parrela

José Francisco Guelfi Campos

Marta Eloísa Melgaço Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Vice-presidente: Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Daniel Flores (UFSM)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)

José Maria Jardim (UNIRIO)

Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)

COMISSÃO AVALIADORA

Diretor: Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Célia Rodrigues (UFF)

Andre Malverdes (UFES)

Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (UFMG)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)

Cynthia Roncaglio (UnB)

Daniel Flores (UFSM)

Eliane Braga de Oliveira (UnB)

Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)

Georgete Medleg Rodrigues (UnB)

Glaucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Heloísa Liberalli Bellotto (USP)
Ivana Denise Parrela (UFMG)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
José Maria Jardim (UNIRIO)
Julianne Teixeira e Silva (UFPB)
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo (UnB)
Lúcia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Moisés Rockembach (UFRGS)
Natália Bolfarini Tognoli (UNESP)
Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UnB)
Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)
Ursula Blattmann (UFSC)
Welder Antônio Silva (UFMG)

COMISSÃO DE APOIO – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG

Amanda dos Santos da Paixão
Cláudia Márcia
Christiano B. Santos
Edgar Gonzaga
Élida Pieri
Eliedir Marcelina
Gilma Pereira
Guilherme Diniz
Gustavo Miranda Ferreira
Nely Ferreira
Luiz Henrique Loureiro
Viviany Braga

MONITORES – ALUNOS/AS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFMG

Gilmar Rodrigues Barreto
Gisele Maria Arcanjo
Graziele Cristina Rodrigues Silva
Neide Araujo Oliveira Braga
Suellen Alves de Melo
Suzana Cristina de Oliveira da Cruz
Yara Levy martins de Souza Sane

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira

ESCOLA DE CIÊNCIA INFORMAÇÃO
Diretora: Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Vice-diretora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Coordenadora: Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenador: Fabrício José Nascimento da Silveira

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA
Coordenadora: Cintia Aparecida Chagas Arreguy
Subcoordenadora: Mariana Batista do Nascimento

CAPA, DIAGRAMAÇÃO, ARTE E FINALIZAÇÃO DO E-BOOK
Edinaldo Medina Batista

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-65609-09-8



R444	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (5. : 2017: Belo Horizonte, MG) Ensino e pesquisa em arquivologia [recurso eletrônico] : cenários prospectivos / Renato Pinto Venâncio; Welder Antônio Silva; Adalson Nascimento (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. 728 p. : il. E-book. Inclui referências. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN: 978-85-65609-09-8 1. Arquivologia – Congressos. 2. Arquivologia – Ensino. 3. Arquivologia – Pesquisa. I. Venâncio, Renato Pinto. II. Silva, Welder Antônio. III. Nascimento, Adalson. CDU: 651.5(063)
------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor © 2018 para artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação deste material requer a permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

Escola de Ciência da Informação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
Belo Horizonte – MG – 31.270-010
www.eci.ufmg.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... p.10

MOÇÕES..... p.12

PLENÁRIAS

1. A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NA UNIRIO.....p.16
Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

2. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: RUMO À UMA HARMONIZAÇÃO CURRICULAR POSSÍVEL.....p.29
Welder Antônio Silva, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Leandro Ribeiro Negreiros

3. PROSPECÇÃO DOS ARQUIVOS: FUTURO DA ARQUIVOLOGIA.....p.44
Daniel Flores, Graziella Cé

COMUNICAÇÕES

I - EXPERIÊNCIAS CURRICULARES

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM DISCIPLINAS RELACIONADAS À FUNDAMENTOS, AVALIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICAS.....p.63
Evelin Melo Mintegui, Roberta Pinto Medeiros, Thiago Henrique Bragato Barros

5. REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....p.80
Tânia Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes

6. DO ENSINO À PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO NOS ARQUIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....p.100
Fernanda da Costa Monteiro, Fernanda de Souza Antunes

7. A DESCRIÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICOS DE UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.114

Natália Bolfarini Tognoli, Laura Maria Rego Piva, Rafael Cacciolari Dalessandro

II - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

8. ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA GESTÃO POR PROCESSOS NA GESTÃO DE DOCUMENTOS.....p.133

Fábio Barros Silva, Antônio Rodrigues Andrade

9. METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO APLICADA A CONSTRUÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS.....p.152

Silvia Lhamas de Mello, Ana Célia Rodrigues

10. MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃO PRODUTOR: PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO PRODUTOR VISANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.....p.171

Mariana Batista do Nascimento

11. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....p.188

Eduardo Luiz dos Santos, Ana Celeste Indolfo

12. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA SOCIOEDUCAÇÃO: O CASO DO NOVO DEGASE.....p.208

Jean Maciel Xavier, Eliezer Pires da Silva, Mariana Lousada

13. A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS E ADMINISTRATIVOS EXISTENTES EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....p.229

Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, Hernane Borges de Barros Pereira, Francisco José Aragão Pedroza Cunha

14. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ...p.244
Jacilene Alves Brejo, Junia G.C. Guimarães e Silva

15. OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.....p.258
Thayron Rodrigues Rangel, Rodolpho Guimarães Pereira, Brenda Couto de Brito Rocco

III - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

16. POR UM MODELO SOCIETAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS.....p.276
Gleice Carlos Nogueira Rodrigues, Paulo Roberto Elian dos Santos

17. PROPOSTA PARA A POLÍTICA E O SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....p.293
Igor José Garcez, José Maria Jardim

18. OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO.....p.314
Ana Celia Rodrigues

19. O CONCEITO DE ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO EM ESTUDOS DE LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....p.326
Margareth da Silva

IV - PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E AÇÃO EDUCATIVA

20. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO COMO PATRIMÔNIO EM CENTROS DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL BRASILEIRO.....p.346
Rodrigo Costa Japiassu, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Lídia Silva de Freitas

21. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DA CASA DE OSWALDO CRUZ.....p.363

Cleber Belmiro dos Santos, Eliezer Pires da Silva

22. ENTRE AS OBRAS E OS DOCUMENTOS: INTERSEÇÕES ENTRE OS SABERES ARQUIVÍSTICO E MUSEOLÓGICO NO TRATAMENTO DO ACERVO DO ARTISTA PLÁSTICO RUBENS GERCHMAN.....p.382

Thayane Vicente Vam de Berg

23. UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA NO PROJETO DE EXTENSÃO “CAFÉ COM ARQUIVO: O DOCUMENTO EM DEBATE.....p.397

Fernanda da Costa Monteiro, Daniele Chaves Amado

V - HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

24. HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....p.410

Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

25. ARQUIVOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TEMÁTICA ARQUIVÍSTICA NA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, 1938-1945.....p.430

Vitor Manoel Marques da Fonseca, Darlene Alves Bezerra

VI - PERFIL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

26. UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UM PANORAMA ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2015.....p.451

Raquel Fernandes Tavares, Priscila Ribeiro Gomes

27. PERFIL E AUTO-IMAGEM PROFISSIONAL DOS ARQUIVISTAS DO RIO DE JANEIRO.....p.471

Wagner Ramos Ridolphi, Luiz Cleber Gak

28. A PESQUISA EM ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS PELO CNPq.....p.489

Angélica Alves da Cunha Marques, Cynthia Roncaglio, Natália Bolfarini Tognoli, Thiago Henrique Bragato Barros

VII - INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

29. REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE.....p.507

Brenda Couto de Brito Rocco, Bianca Couto de Brito

30. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE GUARDA EXTERNA DE DOCUMENTOS PROSPECTADOS NA PETROBRAS.....p.523

José Antonio Pereira Do Nascimento, Ana Celeste Indolfo

31. GOVERNANÇA DE SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES EM ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER PRIVADO.....p.542

Alexandre de Souza Costa

32. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELEVÂNCIA DE INTEGRAR A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS NO COMANDO DA AERONÁUTICA.....p.556

Karina Veras Praxedes

VIII - TIPOLOGIA DOCUMENTAL

33. DOCUMENTAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO.....p.576

Isabella Christina Gondim, Eliana Maria dos Santos Bahia

34. CARTA DE AMOR COMO PONTO DE ACESSO: RESULTADOS DE PESQUISA.....p.596

Camila Mattos da Costa, Lucia Maria Velloso de Oliveira

35. A TIPOLOGIA DOCUMENTAL DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR NOS ANOS 1970.....p.614

Rosale de Mattos Souza

36. APONTAMENTOS ACERCA DO DOCUMENTO TÉCNICO DE ENGENHARIA NO CAMPO TEÓRICO DOS ARQUIVOS.....p.633

Marilda Martins Coelho, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

IX - ARQUIVOS, UNIVERSIDADES E MUSEUS

37. DOCUMENTOS DE ARQUIVO PRODUZIDOS PELAS ATIVIDADES DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS DE LABORATÓRIO.....p.652

Paulo Roberto Elian dos Santos, Renata Silva Borges, Francisco dos Santos Lourenço

38. ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS: DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS.....p.671

Fabiana Costa Dias, João Marcus Figueiredo Assis

39. ARQUIVOS DE MUSEUS: UM PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA O MUSEU DO ÍNDIO.....p.690

Thais Tavares Martins, Ana Celeste Indolfo

40. ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR: MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO.....p.709

Zenóbio Santos Júnior, Luiz Cláudio Gomes Maia, Ana Maria Pereira Cardoso

38

**ARQUIVOS EM MUSEUS E ARQUIVOS DE MUSEUS:
DOIS CONCEITOS PARA OS ARQUIVOS NOS MUSEUS***Fabiana Costa Dias**João Marcus Figueiredo Assis***1 INTRODUÇÃO**

Este artigo é parte do produto técnico-científico apresentado ao Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (MPGA) oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no ano de 2017. O produto técnico-científico consistiu de um diagnóstico que proporcionou a compreensão de como o Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial (AHMA) foi organizado e constituído e quais sentidos formados a partir do próprio Museu Aeroespacial. O diagnóstico foi dividido em oito aspectos. A perspectiva maximalista contextualizou os antecedentes da criação do Museu Aeroespacial. A contextualização considerou as contribuições de José Garcia de Souza, primeiro responsável por organizar o acervo para o futuro museu, dos diretores, dos regulamentos, dos regimentos, dos organogramas, das atividades da seção Arquivo Histórico até atingir os conjuntos documentais, as instalações e acondicionamento dos mesmos, alcançando o minimalismo. Como efeito do diagnóstico foi produzido um plano de ações.

O aporte teórico adotado para a elaboração do produto técnico-científico foi constituído por elementos de memória e história por serem os formadores do Arquivo Histórico. A escolha por estes deveu-se ao fato do AHMA ter sido inicialmente formado por conjuntos documentais selecionados para comporem uma memória e uma história da aviação civil e militar. Ou seja, trata-se de um arquivo com a vocação de ser tanto a história como a memória.

Conceitos de arquivo *de* museus e arquivos *em* museus também foram utilizados devido ao pertencimento do Arquivo Histórico a um museu e, então, ter surgido da necessidade de se entender como funcionam esses dois tipos de arquivos. Estes dois últimos conceitos fazem parte da revisão de literatura e serão apresentados aqui. O diálogo promovido entre a memória e a história foi

fundamental para a compreensão de como elementos destes conceitos atuaram na formação do AHMA, para poder entender a missão do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial, compreender a função dos documentos e o papel desses na organização militar. A necessidade do diálogo indicou a ausência de estudos arquivísticos sobre a relação entre arquivos históricos e conjuntos de documentos de caráter permanente oriundos de outras formas de produção, como a memória e a história.

2 SITUANDO A DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE ARQUIVOS DE MUSEUS

A seguir, será apresentado um recorte sobre a produção acadêmica relacionada com a temática *arquivos de museus*. A leitura dos textos teve como proposta entender como o assunto arquivos de museus surgiu no cenário acadêmico e vem se desenvolvendo e, como esses arquivos estão trabalhando para organizar os seus acervos. Primeiramente serão apresentadas as produções internacionais e, posteriormente, as produções nacionais.

2.1 Produções internacionais

De acordo com Przybyla (2004), o ano de 1979 é considerado o início do movimento sobre os arquivos *de museus*, com a Conferência de Belmont, organizada por Arthur Breton, responsável pelo *Archives on American Art*. Esta conferência teve como planejamento “as vantagens de um programa de arquivos, como iniciar um, custo e financiamento, uso de pesquisa pelo pessoal e acadêmicos e medidas apropriadas para armazenamento” (Przybyla, 2004, p.5, tradução nossa).

Após esta conferência, a *Society of American de Archivists* publicou o manual *Museum Archives: an introduction*, de William A. Deiss. O objetivo principal do manual foi “encorajar os museus a preservar seus valiosos registros históricos e oferecer diretrizes para a criação dos arquivos dos museus” (DEISS, 1984, p.7, tradução nossa). Segundo Deiss (1984) a justificativa para que os museus tenham arquivos está relacionada com a história e a identidade dessas instituições. Sem os arquivos, isso se torna problemático. Em alguns casos, irrecuperável. Nesse sentido, um programa de arquivo é fundamental para organizar os documentos produzidos pelas instituições museológicas e, a partir disto, acessar as informações necessárias

para a execução dos trabalhos nos museus. Os arquivos de museus servem para ajudar nas decisões administrativas, preservam a documentação das coleções, servem para fazer propaganda sobre a própria instituição, entre outras coisas. Entretanto, apesar do valor evidente destes documentos, segundo Deiss (1984), “[...] a grande maioria dos museus não tem um programa de arquivo adequado” (DEISS, 1984, p.11).

De acordo com Deiss (1984), algumas etapas precisam ser cumpridas para se começar um programa de arquivos de museus. O primeiro é ter um arquivista; o segundo, o arquivo deve estar subordinado diretamente a direção do museu; o terceiro, determinar que os documentos produzidos pelo museu devem permanecer no mesmo; o quarto, organizar uma comissão para oferecer conselhos, aprovar decisões, rever classificações e eliminação dos documentos; o quinto, estudar a história e a estrutura administrativa da instituição; o sexto, realizar um levantamento dos registros produzidos pelo museu e, por último, estabelecer prioridades.

Além disso, Deiss (1984) abordou e explicou alguns procedimentos básicos a serem realizados nos arquivos de museus, como: levantamento de registros, avaliação, adesão, arranjo e descrição, referência e acesso, gestão de documentos, necessidades e equipamentos de espaços, conservação e suprimentos, história oral, coleções de manuscritos, programas de extensão e públicos. Dentre estes procedimentos básicos, a coleções de manuscritos caracteriza-se por ser formado por coleções que não são os arquivos produzidos e recebidos pelos Museus para exercer suas atividades.

Estes podem consistir em papéis pessoais ou profissionais de curadores de museus ou arquivos de organizações ou outras pessoas. Tais materiais são muitas vezes coletados pelo arquivista do museu ou curadores, ou podem vir para o museu porque eles estão associados com objetos ou espécimes, na coleção. Estas coleções não são, estritamente falando, arquivos do museu, mas são conhecidas como coleções de manuscritos ou coleções especiais (DEISS, 1984, p.27, tradução nossa).

Deiss (1984) apontou, na citação anterior, que as coleções de manuscritos ou coleções especiais não são os arquivos de museu. Ou seja, existe uma diferença entre os arquivos de museu e estas coleções.

Assim como Deiss, Carlin (1999), enumerou três tipos de registros documentais produzidos pelos museus:

Museus cuidam de documentos que fazem parte de suas coleções, incluindo fotografias, mapas e registros audiovisuais. Eles mantêm arquivos de material sobre suas coleções. E os museus gerenciam seus próprios registros como arquivo institucional (CARLIN, 1999, p.49, tradução nossa).

Tanto Carlin (1999) quanto Deiss (1984) especificaram duas maneiras de os arquivos serem constituídos nos museus: os arquivos produzidos pelo próprio museu para realizar e dar suporte para suas atividades e os arquivos oriundos de coleções.

Vinte anos depois da publicação do manual *Museum Archives: an introduction* por Deiss em 1984, Wythe (2004) lançou a segunda edição, em 2004. Wythe (2004) ampliou, convidou outros autores para participarem da nova edição e reorganizou as informações em novos capítulos. Ainda que exista um intervalo de vinte anos entre a primeira e segunda edição foram mantidas algumas semelhanças.

Logo no início, a introdução foi dividida em três partes. A primeira seção foi dedicada ao movimento dos arquivos de museus, com um histórico sobre como o interesse por esse tema iniciou e ganhou adeptos. A segunda seção abordou as maneiras pelas quais o ambiente de museu, o contexto arquivístico, afeta as operações de um arquivo de museu. Para isso, Wythe (2004) organizou as funções do museu em dois grandes grupos: *Curatorial Functions* e o *Administrative Functions*. A *Administrative Functions* estaria relacionada as atividades-meio do museu e a função *Curatorial Functions* as atividades-fim do museu. Ao lado disso, Wythe (2004) explicou que o poder de um arquivo institucional reside no seu duplo papel: um recurso para os administradores do museu no seu dia-a-dia e para os pesquisadores. Finaliza a seção indicando quais são as funções dos arquivos de museus para a produção de documentos.

Considerando que as atividades das instituições são produzidas a partir de funções, Wythe (2004) enumerou as principais funções geradoras de documentos em museus: Gestão Administrativa e executiva; coleções, curadoria, registro e catalogação; conservação, programas e projetos, desenvolvimento, divulgação e administração, conjunto arquitetônico e coleções especiais. Todas essas funções gerarão documentos que pertencerão aos arquivos nos museus.

Todas as funções anteriores com exceção das coleções especiais estão diretamente relacionadas com o arquivo institucional organizado pelo museu.

Portanto, a coleção especial refere-se às coleções e arquivos pessoais adquiridos pelos curadores para fazerem parte do acervo do museu: “Dependendo de como sua missão é definida, os arquivos do museu podem se tornar um coletor ativo de papéis pessoais e registros de organizações relacionadas” (WYTHE, 2004, p.19, tradução nossa).

Outro aspecto interessante que Wythe (2004) observou foi que conjuntos documentais podem ser constituídos por outros itens, além dos tradicionais textuais e iconográficos, como os objetos. Caso isso aconteça, deve-se manter o contexto criando vínculos intelectuais entre objetos e materiais relacionados. E isto é devido a questões de preservação e práticas de armazenamento que impedem que essas coleções permaneçam juntas fisicamente. Whyte (2004), Carlin (1999) e Deiss (1984) compõem a produção intelectual americana. Nos próximos parágrafos será apresentada a abordagem britânica sobre esta temática.

Em 2012, foi publicado o livro, de origem britânica, *Records Management for Museum and Gallerie: an introduction* por Brunskill e Demb, que surgiu da necessidade de treinamento sobre gestão de documentos nos museus e galerias de arte da cidade de Londres. A diferença entre esta publicação e as de Wythe (2004) e de Deiss (1984), é que essa apresenta uma abordagem mais específica sobre gestão de documentos no contexto de ambiente de museus.

Um aspecto interessante dessa publicação foi o histórico apresentado pelas autoras sobre como os arquivos de museus vem sendo estudados no Reino Unido. Segundo as autoras, o trabalho desenvolvido pelos britânicos, com o estabelecimento, em 1989, do *Standing Conference on Archives in Museums* (SCAM) teve um significado relevante para a temática de arquivos de museus. O SCAM é uma parceria entre três organizações: *Museums Association*, *Society of Archivists* e *Association for Intependent Museums*. Representantes desses órgãos se encontram com frequência para discutir problemas de gestão em arquivos no ambiente de museus. No ano de 1990, SCAM publicou o *Code of Practice on Archives for Museums and Galleries*, com ênfase em conselhos sobre gestão de arquivos nos museus. Este código foi oferecido aos museus para orientá-los na administração de seus arquivos de acordo com as normas profissionais e sugerir conselhos. O código apresentou sete pontos chave e explicativos sobre os arquivos de museus. O ponto arquivos nos museus apresentou os arquivos que mais comumente são encontrados em museus e os dividiu em quatro categorias:

1.Registros e documentos adquiridos para as coleções do museu por presente, compra ou empréstimo, independentemente do seu formato ou suporte; 2.Quaisquer registros depositados no museu por autoridade estatutária; 3.Material documental associado às coleções do museu; 4.Os registros administrativos do museu, ficheiros, etc., que ilustram a sua história e atividades da instituição” (SCAM, 2002, tradução nossa).

Assim como Deiss (1984), Carlin (1999) e Wythe (2004), o SCAM (2012) concordaram que os arquivos nos museus são formados por coleções e arquivos que estão de acordo com a finalidade das instituições museológicas e dos seus próprios arquivos institucionais.

Além desse código, foram produzidas cinco publicações avulsas com as seguintes temáticas: *Collections Policy and Management*, *Archival Listing and Arrangement*, *Archive Preservation and Conservation*, *Access to Archives*, *Managing a Museum's Administrative Records*. Estas publicações são bem resumidas e tem como objetivo ser um guia sobre alguns aspectos que os museus devem considerar.

Brunskill (2012) apontou que arquivos que são produzidos por curadores para documentar os objetos de museus, acabam por se destacar. Entretanto, estes arquivos não são diferentes dos outros e todos devem ser incluídos em um programa de gestão de arquivos. A autora também apresentou as funções que geram os documentos das instituições museológicas. Estas funções são as seguintes: “[...] gestão das coleções museológicas, arquivos operacionais e administrativos, arquivos institucionais, coleções especiais, coleções de objetos” (BRUNSKILL, 2012, p.27-28, tradução nossa). Também definiram o que é o arquivo institucional, as coleções especiais e a coleção de objetos.

As coleções especiais são os arquivos que foram criados ou adquiridos para dar suporte ou valor para as coleções principais do museu. A diferença entre arquivos e coleções é que estas foram adquiridas fora da instituição, não foram criados no curso das atividades do museu. Assim, Brunskill (2012) apontou que o que vai determinar se um arquivo é institucional ou coleção especial são o criador e o contexto do registro e não a fonte de aquisição. Por essa razão, as coleções não são incluídas no programa de gestão de arquivos.

A coleção de objetos inclui pinturas, instrumentos científicos, fotografias, objetos históricos e arqueológicos e documentários. Sobre a organização destes objetos, Brunskill (2012) sugeriu que o interessante é mantê-los sem

desmembramento, sempre priorizando o contexto, assim como nos documentos dos arquivos institucionais e das coleções especiais. A autora evidenciou que um dos desafios é distinguir os arquivos institucionais das coleções especiais e quais destes conjuntos participarão do programa de gestão de arquivos.

De uma maneira geral, os autores internacionais apresentaram as funções que geram os documentos dos arquivos de museus. Carlin (1999), Wythe (2004) e Brunskill; Demb (2012) sinalizaram uma diferença, as coleções especiais não são formadas pelas funções administrativas e sim por doações, compra; ações para formar o acervo de coleções do museu. Ambos mencionaram a presença de objetos nas coleções e concordam com a manutenção do contexto entre os documentos de arquivo ou das coleções com os objetos. Carlin (1999) apesar de não ter publicado um manual como nos moldes de Whyte (2004) e Brunskill e Demb (2012), fez uma reflexão sobre a função dos documentos nos museus. O programa de arquivo proposto por Deiss (1984) foi um precursor para a proposta de Brunskill e Demb (2012) de um programa de gestão de arquivos.

2.2 Produções Nacionais

A primeira iniciativa sobre arquivos de museus no Brasil foi a organização do Arquivo Histórico de Arte Contemporânea do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), em 1954, cujo objetivo era tornar-se um centro de referência em arte. A idealizadora desse arquivo foi Wanda Svevo. Trinte e três anos após esta primeira iniciativa, em 1987, Aracy Amaral publicou um artigo bem atual e intitulado, *Arquivo e Documentação nas Áreas de Arte*. A proposta da autora foi mostrar quais eram as atividades desenvolvidas em um setor de Arquivo e Documentação, especificamente de um museu de Arte.

Em maio de 1994, aconteceu uma mesa-redonda *Informações e modernidade: museus, bibliotecas e arquivos*, realizada durante a Segunda Discussão sobre documentação Oficial: informação e modernidade e promovida pelo Instituto de Administração Municipal e pela Universidade Federal do Paraná. Durante esta mesa-redonda foi proferida uma conferência pela pesquisadora Viviane Tessitore, que depois veio a ser publicada, em 2002, pela Associação de Arquivistas de São Paulo. Esta autora apresentou duas distorções dadas ao tratamento dos arquivos localizados em museus e centros de documentação. A primeira é “tomar

por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo” (TESSITORE, 2002, p.7) e, a segunda seria “tratar, [...], o arquivo do centro ou museu como coleção”¹. Ou seja, ora o acervo é tratado como parte do arquivo institucional, ora o arquivo institucional é tratado como acervo.

De acordo com Tessitore (2002), os documentos nos museus pertencem ao arquivo institucional ou ao arquivo colecionador. Este caracteriza-se por adquirir conjuntos documentais, arquivos ou coleções de acordo com sua missão. Para isso, é fundamental que os museus definam o seu recorte temático, sua área de especialização, a natureza do objeto que desejam colecionar. Também é necessário que saibam distinguir um arquivo institucional de um centro de documentação ou de memória.

Ainda nos anos de 1990, sem o objetivo direto de tratar sobre arquivos de museu, os Anais do Museu Histórico Nacional apresentaram dois artigos sobre a organização do arquivo institucional e do arquivo histórico deste museu publicados por Portugal, Bittencourt, Bandeira e Salles (1995) e por Salles (1997). A primeira publicação tratou sobre o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Os autores trataram dos documentos em papel que constituíam o acervo museológico. Assim, analisaram como esses documentos em papel foram sendo tratados ao longo dos anos de 1924 até 1990. O interessante foi observar a mudança realizada na forma de tratar os documentos em papel, a partir de 1945. Antes, não existia diferença entre o tratamento dado aos objetos e aos documentos textuais e, após 1945, com a contratação de um arquivista, estes passaram a ter um tratamento arquivístico. A segunda publicação tratou sobre a implantação do programa de gestão de documentos referente ao mesmo museu. O interessante desse texto foi observar que existe uma separação entre o arquivo administrativo, responsável pelas atividades-meio e o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, responsável pelos documentos permanentes, coleções.

No final dos anos de 1990, exatamente em 1997, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) lançou a publicação intitulada, *O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Logo na apresentação do livro são descritas as competências do Arquivo da FCRB: “[...] abrigar duas importantes linhas de acervo

¹ Ibid., p.7.

completamente distintas: a institucional, e a denominada histórica [...]” (MELLO, 1997, p.9).

A FCRB ao apresentar as duas linhas de acervo, a institucional e a histórica, ofereceu uma distinção entre os documentos institucionais e os que não são institucionais. Sobre o Arquivo Histórico, Mello (1997) relatou como os documentos de Rui Barbosa foram doados e à medida que os anos iam se passando, novos conjuntos eram localizados e adicionados. Ao lado disso, Américo Jacobina Lacombe, diretor e presidente da FCRB (1939-1993), buscava muitas vezes por compra, originais de discursos, pareceres, conferências e, doações de correspondências de Rui Barbosa. Após a finalização da organização e reestruturação do arquivo Rui Barbosa e das coleções avulsas, foi iniciado um trabalho sobre os documentos acumulados pela FCRB, que passaram a constituir o fundo arquivístico institucional. Assim como no caso do Museu Histórico Nacional, a FCRB também separou os documentos institucionais dos documentos pessoais, da vida administrativa de Rui Barbosa e das personalidades políticas contemporâneas à vida dele. Também foi notada uma vontade em ampliar com outras coleções e arquivos que pudessem aumentar e dar mais visibilidade ao arquivo de Rui Barbosa. Por meio de uma política de aquisição de acervos, doações e compras de acervos foram realizadas. Tal aquisição é distinta dos documentos produzidos e recebidos pela FCRB para executar suas atividades, com o propósito de formar o arquivo institucional. Esta distinção entre o que é institucional e o que é histórico foi proposta por Tessitore (2002) quando sugeriu que os documentos nos museus podem pertencer ou ao arquivo institucional ou ao arquivo colecionador.

Estudos sobre os arquivos nos museus têm sido apresentados no Encontro de Arquivos Científicos. Este encontro é realizado desde 2003, está na sua sétima edição e apesar de não ser um encontro direcionado para arquivos de museus, foram produzidos trabalhos que apresentaram pesquisas sobre arquivos institucionais e arquivos históricos. Destacam-se os trabalhos de Santos e Estevão (2003) sobre o Museu Nacional; Romeiro (2003) sobre o Museu Paraense Goeldi; Borges (2003); Lisboa (2006) e Lisboa; Panisset (2009) sobre o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Borges (2008); Maciel; Borges (2009) sobre a Casa Oswaldo Cruz.

Todas as cinco instituições apresentadas no Encontro de Arquivos Científicos, citadas acima, separam a sua documentação em coleções pessoais e arquivos

institucionais doados para formarem seus acervos e, arquivos administrativos. De certa forma, ora um texto tratou mais especificamente dos arquivos administrativos, ora dos acervos arquivísticos doados para as instituições, mas todos concordam em aplicar o tratamento arquivístico nos seus acervos. Inclusive, considerar os objetos tridimensionais que fazem parte dos conjuntos documentais.

Outra publicação que também apresentou dois artigos sobre o assunto foi o MAST Colloquia, volume 10, com a temática Documentação em Museus. Esta publicação foi organizada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT) fruto da série de encontros mensais denominada MAST Colloquia. Este volume especificamente foi organizado pela Coordenação de Museologia e foi dedicado à documentação de acervos em museus.

Dentre os trabalhos apresentados, dois tratam sobre os arquivos históricos de museus e foram escritos por Silva (2008) e Bandeira (2008). Ambas as autoras mostram que existem duas funções nos arquivos das suas respectivas instituições, uma responsável pelas atividades-meio e a outra pelas atividades-fim. Silva (2008) foi bem objetiva ao explicar o caso do MAST: “[...] Os arquivos de instituição museológicas, em geral, possuem essa dupla função: recolher e colecionar” (SILVA, 2008, p.66).

Silva (2008) tal como Mello (1997) e Tessitore (2002) sugeriram que as instituições separassem esses dois tipos de arquivo, o institucional, que tem como função fazer o recolhimento dos documentos institucionais do arquivo histórico, que tem como função organizar os documentos oriundos de coleções para comporem o acervo das instituições. Isso porque os dois arquivos necessitam de procedimentos diferenciados: “o Arquivo Institucional está preocupado com o documento desde a sua produção nos setores, controlando a sua tramitação. E o outro trabalha com coleções, com compra, doação e comodato de acervos. São outros procedimentos e funções” (SILVA, 2008, p.66).

As leituras para esta revisão de literatura evidenciaram que as iniciativas sobre a temática arquivos de museus foram localizadas em publicações que tratam sobre arquivos científicos ou sobre museologia. Essa situação adquire outro sentido quando, em 2009, foi organizado o I Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa (SIAMP). O objetivo deste seminário foi “agregar, trocar e disseminar experiências e metodologias fundamentais para essas atividades” (SIAMP, 2010, p.167). Esse foi o primeiro evento que teve o intuito de tratar especificamente sobre

os arquivos de museu. Logo na sua primeira edição Deborah Wythe (2004), autora do *Museum Archives*, foi convidada como palestrante, o que demonstra uma aproximação nacional com o que vinha sendo pensado internacionalmente. O SIAMP acontece a cada dois anos e foram realizadas quatro edições. A primeira edição teve a temática voltada para os museus de arte, e as três seguintes foram respectivamente sobre: tecnologia, informação e acesso, humanidades e interfaces digitais e a última foi sobre a formação interdisciplinar do documentalista e do conservador.

Iniciamos com os textos sobre o Arquivo Histórico Wanda Svevo – AHWS (VILLELA, 2010) e o outro sobre o Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (KARPINSCKI, 2010). Ressaltamos estes trabalhos porque marcaram o início do debate nacional sobre a importância dos arquivos nos museus. Os dois voltaram à cena. Villela (2010) apontou que o AHWS possui duas vertentes, uma é o arquivo institucional com a documentação produzida e reunida pela Fundação Bienal, além das Coleções Pessoais. A outra vertente é a Coleção de Referência, com a biblioteca, os Dossiês de Artistas e temas de Arte, a documentação audiovisual e a documentação iconográfica. Karpinski (2010) apontou que o trabalho de reestruturação do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP) iniciou-se em 1982 e, foi nesse período que o setor de documentação e catalogação, com a inclusão de um arquivo para os documentos do acervo artístico, foi implementado. O arquivo que respondia pela documentação produzida e recebida pelo MAC USP veio a ser implementado em 1996. Este arquivo existia e era denominado ‘arquivo inativo’, “no qual era armazenada a documentação de forma desorganizada e sem qualquer instrumento de controle” (KARPINSCKI, 2010, p.148). É importante esclarecer que o acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM SP) foi doado ao MAC USP e estava misturado neste ‘arquivo inativo’. Karpinski (2010) mencionou que foi executado um trabalho para “resgatar” os documentos do MAM SP com o objetivo de “construir” um fundo deste museu. A autora também explicou como foi possível organizar o arquivo institucional:

Estrategicamente, como pregam nossos manuais, inicialmente era necessária uma aproximação com a personalidade da instituição. Para isso, buscaram-se atos de criação, estudos sobre a história do museu, além do contato com a administração, pesquisadores, especialistas e docentes. Com a compreensão da personalidade do

Museu entendem-se as atividades, as singularidades e as particularidades. A partir dessas informações, desse conhecimento, fez-se um diagnóstico da condição física em se se encontra a documentação (KARPINSCKI, 2010, p.149).

Esta metodologia de trabalho para compreender a instituição de guarda é essencial para poder entender por que os arquivos e coleções ali se encontram. Até o momento, as leituras para a elaboração da revisão de literatura têm apontado que os arquivos nos museus foram apresentados como ou sendo responsáveis pelos documentos institucionais ou responsáveis pelas coleções. Smit (2010), em mais um texto apresentado no I SIAMP, tratou pela primeira vez de definir o que seriam os arquivos de museu. Segundo a autora,

[...] o arquivo de museu é diferente de uma coleção sobre arte moderna, ou arquivo sobre um artista ou seu movimento artístico. Parece-me muito importante ter clareza acerca da distinção. O arquivo de museu tem de ser o lugar em que os documentos permanecem contextualizados dentro da finalidade do museu (atividade expositiva), sendo que os documentos de apoio para a pesquisa devem ser contextualizados no movimento artístico, a vida do artista (SMIT, 2010, p.88-89).

Como a própria autora mencionou, é muito importante ter a clareza da distinção entre arquivo de museu e coleção, para não confundir e tratar como mostrou Tessitore (2002) arquivos como coleção e vice-versa. Nesse ponto, Smit (2010) se aproximou de Brunskill (2012) quando esta disse que a diferença entre arquivos e coleções é verificada quando as produções documentais são internas ao museu (arquivos institucionais) e externas (coleções).

Smit (2010) dividiu os documentos gerados pelo museu em documentos administrativos e outros documentos. Os primeiros seriam “todos os documentos que garantem a manutenção do museu, para que ele continue funcionando. O segundo seria “relacionados à finalidade do museu [...] poderiam ser distribuídos por documentos-produtos e documentos-processos”. A autora evidenciou que é preciso fazer diferenciação entre os documentos “eminentemente arquivísticos”, ou seja, os relacionados com as atividades-meio, e os com “caráter administrativo”, relacionados às atividades finalísticas do museu. Entretanto, o museu precisa espelhar essas duas atividades, isto seria a memória do museu que precisa ser contextualizada, como lembrou Smit (2010).

Wythe (2010) apresentou no I SIAMP, um artigo com aspectos relevantes para os arquivos de museus. Destacamos a questão do contexto arquivístico. O contexto ajuda a compreender a razão ou motivos pelos quais os documentos são produzidos e suas relações com a missão da instituição. Segundo Wythe (2010), os arquivistas diferem os registros institucionais dos outros tipos de materiais. Estes são “papéis pessoais, manuscritos, coleções e materiais coletados em “coleções especiais”” (WYTHE, 2010, p.31). Para compreender como esses itens chegaram ao arquivo é necessário saber em que contexto foram produzidos. Conhecer e saber a história institucional e administrativa do órgão é um dos primeiros passos para isso. Wythe (2010) evidenciou que existe uma diferença entre o contexto dos arquivos institucionais e as coleções especiais. Os primeiros, contexto dos arquivos, são criados para executar uma função do museu; já as coleções especiais são adquiridas porque estão de acordo com a missão da instituição. Às vezes, o contexto das coleções pessoais é óbvio, em outros casos é preciso saber um pouco além da história da instituição, como a relação do doador com a mesma. O contexto além de explicar o motivo pelo qual os documentos arquivísticos e coleções especiais se encontram no arquivo, ajuda também a selecionar o que deve ser levado para o arquivo.

No ano seguinte ao I SIAMP, foi organizado um Grupo de trabalho sobre arquivos de museus que inicialmente participaram da primeira edição do Seminário. Os eixos principais deste Grupo de Trabalho são: políticas de acervo, políticas institucionais de informação, representação e registro de arte contemporânea, organização e gestão de arquivos e ferramentas e estratégias de pesquisa e acesso.

Contemporaneamente ao Grupo de trabalho foi organizado um evento chamado I Seminário Serviços de Informação em Museus, que teve como objetivo “debater especificidades e tendências relativas à produção, circulação e disseminação de informação em instituições museológicas e outras similares que detenham acervos culturais, e apresentar experiências, ferramentas e metodologias aplicadas neste contexto” (BEVILACQUA; MARINGELLI, 2010, p.9). Este seminário já realizou três edições. O primeiro apresentou dois temas: a informação no museu: conceitos e lugares em perspectivas presentes e possibilidades futuras e o uso da informação: experiências, metodologias e ferramentas. O segundo tratou sobre o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e

políticas de preservação. O terceiro foi sobre colecionar e significar: documentação de acervos e seus desafios.

No ano de 2013, foi publicada na revista *Museologia e Interdisciplinaridade*, criada pelo Curso de Museologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, o texto, *Arquivos de Museus: características e funções*. Esse texto é de autoria de Silva (2013), a mesma autora que apresentou, em 2008 (SILVA, 2008), um artigo que tratou sobre o Arquivo Histórico da Ciência do MAST. No artigo de 2013 (SILVA, 2013), a autora teve como objetivo “explorar o tema de arquivos enquanto um serviço prestado por um museu, e as funções e características que este deve assumir por estar inserido no universo dos museus” (SILVA, 2013, p.36).

Silva (2013) utilizou como referência em seu texto o trabalho de Wythe (2004) e assim como no artigo em 2008 (Silva, 2008), mencionou a dupla função do arquivo: colecionar “documentos de interesse do museu” (SILVA, 2013, p.39) e recolher “os documentos produzidos internamente pelo museu”². Além disso, Silva (2013) relacionou a função de recolher com a do arquivo institucional do museu, ou seja, pelas atividades administrativas ligadas às áreas-meio. Por outro lado, sinalizou que os registros documentais da área finalística do museu, como a produção de pesquisa e o desenvolvimento de exposições, ou acabam ficando no esquecimento nos setores ou são descartados. Isso porque o plano de classificação e tabela de temporalidade da área-meio não contemplam as atividades e especificidades da área finalística dos museus. Entretanto, se o arquivo institucional for organizado, ele será capaz de prover informações sobre o histórico das instituições e, conseqüentemente, ficará mais fácil entender o contexto de produção dos documentos arquivísticos e de proveniência das coleções adquiridas pelo arquivo.

Com as caracterizações das funções de recolher e colecionar, pode-se vislumbrar o arquivo de uma instituição museológica constituído por um arquivo institucional com documentos destinados às áreas-fim e para áreas-meio e um arquivo formado por arquivos pessoais, entidades privadas e coleções pessoais provenientes das doações, compra, permuta e comodato.

² Ibid. p.39.

Até o momento, o que vem se apresentando no cenário sobre a temática arquivos de museus, é que existe uma divisão de funções dos arquivos das instituições museológicas. O serviço prestado pelo arquivo nos museus estaria dividido entre os arquivos *de* museu e os arquivos *em* museu. Já foi mencionado por Smit (2010) que os arquivos de museu seriam responsáveis pelos documentos produzidos pelas atividades administrativas e finalísticas (atividades-meio e atividades-fim do museu, respectivamente). Da mesma forma, Silva (2008, 2013) esclareceu que a dupla função dos arquivos é de recolher e colecionar. Por outro lado, a função de colecionar é identificada como arquivos *em* museus. Hannesch (2013) explorou essa diferença; de acordo com a autora:

[...] o conceito de arquivo de museus para o conjunto de documentos resultantes da produção e recolhimento de documentos oriundos das atividades realizadas pela própria instituição e que refletem as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração, disseminação, capacitação realizadas para o funcionamento do museu. Do mesmo modo, estamos utilizando o conceito de arquivos em museus, relacionando-o aos arquivos ou fundos adquiridos pela instituição no âmbito de sua missão de formação de coleções e complementação de conjuntos documentais, que servirão de fonte de pesquisa, tendo como objetivo o cumprimento da missão institucional (HANNESCH, 2013, p.109).

Ao lado disso, Hannesch (2013) caracterizou as funções dos arquivos *de* museus e *em* museus. Segundo a autora as funções dos arquivos *de* museus seriam a curatorial, gestão de acervos, comunicação e gestão institucional. A primeira função “se estabelece nas atividades de pesquisa e compreensão do acervo” (HANNESCH, 2013, p.110); a segunda “envolvem atividades de identificação, controle, avaliação, guarda e acesso aos documentos sobre o acervo”³, a terceira função os documentos “resultam das ações de interpretação e de divulgação dos acervos e das relações estabelecidas entre a instituição e o público”⁴ e a última geram documentos resultantes das funções “organizacionais de direção e relativas às responsabilidades fiscais, legais e financeiras e de serviços gerais”⁵.

Com esse detalhamento das atividades desenvolvidas pelos arquivos de museu ficou evidente que as ações desenvolvidas pela área de museologia também

³ Ibid, p.110.

⁴ Ibid, p.112.

⁵ Ibid, p.112.

fazem parte do arquivo institucional dos mesmos. Ou seja, os documentos produzidos pela área de museologia, atividades-fim, devem ser inseridos no escopo do arquivo institucional do museu.

Em relação aos arquivos *em* museus, segundo Hannesch (2013), eles são consequência de uma política de aquisição exercida pela entidade custodiadora e possuem os seguintes objetivos:

Reunir conjuntos documentais complementares às suas atividades; proceder às ações de proteção de conjuntos documentais passíveis de perda ou destruição; ou exercer o papel finalístico da instituição que os adquire, seja por previsão em legislação ou para uma função socialmente reconhecida (HANNESCH, 2013, p.114).

Portanto, como avalia Hannesch (2013), as aquisições realizadas de conjuntos documentais, sejam em forma de coleções ou arquivos, com a finalidade de ampliar e dar outras abordagens ao acervo faz com que sejam acumulados documentos de várias procedências. Isto se torna uma característica dos arquivos *em* museus.

Assim como Silva (2008), Hannesch afirma a importância de separar as atividades, arquivos *de* museus, arquivo institucional com a função de recolher, do arquivo *em* museus, arquivo custodiador com a função de colecionar.

Assim como foi realizado com a literatura internacional foram selecionadas quatro autoras, Mello (1997), Tessitore (2002), Silva (2013), Hannesch (2013) que distinguiram duas funções ou linhas dos arquivos. Todas elas dividiram em dois grupos: arquivos institucionais com a proposta de recolher documentos administrativos produzidos pela própria instituição e arquivos de coleção, adquiridos ou recebidos por doação para comporem o acervo e que estão em acordo com a missão da instituição a que pertencem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta foi apresentar uma revisão de literatura a partir de textos internacionais e nacionais. Os textos internacionais, em sua maioria, são manuais sobre arquivos de museu. Por outro lado, os artigos nacionais são formados predominantemente por experiências de profissionais em arquivos de museus. A partir da criação do SIAMP houve um espaço específico para a discussão sobre

essa temática. Ao lado disso, a apresentação do cenário sobre o que vem sendo produzido sobre a temática arquivos *de* museus e arquivos *em* museus, auxilia para perceber como a discussão está se desenvolvendo e como as experiências podem apresentar soluções para refletir sobre problemas parecidos.

De uma maneira geral, foi observado que existe uma concordância com os pontos apresentados nas experiências nos arquivos *de* museus nacionais e os manuais internacionais. Todos eles distinguem o arquivo institucional do arquivo custodiador. Assumem que a documentação da atividade-fim deve estar inserida no arquivo institucional juntamente com as da atividade-meio. Ambas precisam ter o mesmo tratamento arquivístico, incluídas as coleções. As coleções e arquivos são adquiridos para complementar as coleções originárias dos museus e tem que estar de acordo com a missão e finalidade do mesmo. Os documentos do arquivo institucional fazem parte da gestão de documentos, enquanto que o arquivo custodiador não o faz. A separação dos itens das coleções ou arquivos deve acontecer por razões de preservação, entretanto a organização intelectual deve priorizar a manutenção da organicidade e do princípio da proveniência.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy A. Arquivo e Documentação na Área das Artes. In.: **Textos dos Trópico de Capricórnio**: artigos e ensaios (1980-2005). São Paulo: Ed. 34, 2006 p.228-231.

BANDEIRA, Rosângela de Almeida Costa. O Arquivos Históricas do Museu Histórico Nacional. In: **Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P.67-78. (Coleção Mast-colloquia, v.10). Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell; MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva. Introdução. In: **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p.8-9.

BORGES, Renata Silva. Arquivo de História da Ciência e a Organização de Arquivos Pessoais de Cientistas. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, I, 20 a 21 de outubro de 2003, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p.116-120 [trabalhos apresentados].

_____.Objetos tridimensionais em arquivos científicos: Levantamento preliminar nos arquivos de custódia do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, III, 26 a 27 de setembro de

2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008, p.23-31.

BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. **Records Management for Museums and Galleries**: an introduction. Chandos Publishing. 2012.

BRUNSKILL, Charlotte. The history of record keeping in the UK museum and gallery sector. In: BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. **Records Management for Museums and Galleries**: an introduction. Chandos Publishing. 2012. p.1-34.

CARLIN, John W., Your Past is Disappearing: what museums should know about the 20th-Century Archives Crisis. In.: **Museum News**,78, n. 1, 1999.

DEISS, William. **Museum archives**. Chicago: Society of American Archivists, 1984. Disponível em:<<http://www.archivists.org/catalog/museum-archives.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2013.

KARPINSCKI, Silvana. Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p.147-154.

LISBOA, Araci Gomes. Reflexões acerca da avaliação de documentos em C&T. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, II, 22 a 23 de setembro de 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006, p.75-83.

_____; PANISSET, Bianca Theresinha C. O Arquivo Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast): o compromisso com a história e memória da ciência no Brasil. In: **Encontro De Arquivos Científicos**, IV, 8 a 11 de setembro de 2009, Rio de Janeiro. Anais da Conferência SUV e VI Encontro... Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p.148-155.

MACIEL, Laurinda Rosa; BORGES, Renata Silva. Preservação e Acesso a Arquivos Científicos: O Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz e o seu papel na preservação e acesso dos arquivos científicos. In: **Encontro De Arquivos Científicos**, IV, 8 a 11 de setembro de 2009, Rio de Janeiro. Anais da Conferência SUV e VI Encontro... Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p.44-49.

MAGALHÃES, Ana Gonçalves. Arquivos de museus de arte e pesquisa: o Grupo de trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa. In: **I Seminário Serviços de Informação em Museus**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p.147-156.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf de. O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

PORTUGAL, Denise; BITTENCOURT, José; BANDEIRA, Rosangela; SALLES, Eliana Balbina. O arquivo histórico do Museu Histórico Nacional – trajetórias e metamorfoses. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. v.27, 1995, p.79-87. Disponível em:<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=15496&Pesq=>>. Acesso em 11 mar. 2017.

SALLES, Eliana Balbina Flora. A memória da casa de memória: o programa de gestão de documentos do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. v.29, 1997, p.263-275. Disponível em:< <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=15496&Pesq=>>. Acesso em 11 mar. 2017.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos Históricos de museus: o arquivo de história da ciência do MAST. In: **Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Documentação em museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. P.59-66. (Coleção Mast-colloquia, v.10). Disponível em:<http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2017.

_____.Arquivos de museus: características e funções. **Revista de Museologia e Interdisciplinaridade**. v.II, nº 4, p.35- 47, mai./jun. 2013.

SCAM. Disponível em: <<http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf>>. Acessado em: 22 mar. 2017.

SMIT, Johanna Wilhermina. O Arquivo de museu e a informação. IN: **Seminário Internacional Arquivos de Museu E Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p.84-100.

VILLELA, Adriana. Arquivo Histórico Wanda Svevo. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p.140-146.

WYTHE, Deborah. The Museum Context. In: **Museum archives: an introduction**. Chicago: **Society of American Archivists**, 2004. Museum archives section. p.9-19.

_____.Reinstrumentalização dos arquivos de museus para o século XXI: novas coleções, novos públicos, novas parcerias, novas tecnologias. In: **Seminário Internacional Arquivos de Museu e Pesquisa**, 1. São Paulo: MAC USP, 2010, p.28-58.